



TOMADA DE PREÇOS

EDITAL Nº 48/2022

Processo de Contratação Nº 0057/2022 - OSS CEPP

O **CENTRO DE EXCELÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS - CEPP**, inscrito no CNPJ sob o nº. 33.927.377/0001-40, com sede na Rua da Abelardo Bueno, 01, bloco Ayrton Sena/1, sala 216, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, em atenção ao **art. 6º do Regulamento de Compras e Contratação de Serviços**, com o objeto de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **COLETA DE RESÍDUOS**, visando atendimento ao Contrato de Gestão nº 029/2021, celebrado entre o CEPP e o Município de Maricá-RJ, que tem por objeto a operacionalização, gerenciamento e a execução de ações e serviços de saúde, vem requerer o encaminhamento de proposta de preço para a prestação do serviço especificado no presente.

O presente Instrumento Convocatório rege-se pelo Regulamento de Compras e Contratos do **CENTRO DE EXCELÊNCIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS**, em específico em seu artigo 6º, que se encontra disponível no sítio eletrônico da OSS.

A prestação do serviço será efetuada pelo proponente que apresentar o **MENOR PREÇO POR KG**, obedecendo aos critérios do Edital como seguem.

1. OBJETO

Constitui objeto da presente Tomada de Preços a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **COLETA DE RESÍDUOS**, para atendimento ao Contrato de Gestão nº 029/2021, celebrado entre o CEPP e o Município de Maricá-RJ, que tem por objeto a operacionalização,

gerenciamento e a execução de ações e serviços de saúde que passa a ser parte integrante do presente processo.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Somente poderão participar desta seleção, as empresas:
- 2.1.1. Estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital;
 - 2.1.2. Que explorem ramo de atividade compatível com o objeto cotado;
 - 2.1.3. Que apresentem documentação de habilitação relacionada neste.
- 2.2. Não se admitirá nesta seleção a participação de empresas:
- 2.2.1. Que tenham sido declaradas inidôneas e/ou suspensas temporariamente por qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
 - 2.2.2. Que estejam sob regime de recuperação judicial ou falência;
 - 2.2.3. Estrangeiras que não funcionem no País;
 - 2.2.4. Que tenham em seu quadro societário, cônjuges ou parentes de Diretores ou Conselheiros do CEPP.

3. PROPOSTA DE PREÇOS E CONDIÇÕES GERAIS

- 3.1. A proposta de preço deverá fornecer **MENOR PREÇO POR KG** para realização do serviço.
- 3.2 Todos os encargos trabalhistas e impostos gerados deverão estar informados detalhadamente dentro do preço final apresentado.

3.3A proposta apresentada deverá conter identificação da pessoa jurídica responsável pela mesma (razão social, endereço, CNPJ, telefone, e-mail), indicando o estabelecimento que efetivamente fornecerá os serviços;

3.4O prazo de validade da proposta, não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

3.4.1.1 Na falta de indicação expressa, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias corridos. No entanto, o **PROPONENTE** que indicar em sua proposta de preços prazo inferior ao acima citado, será desclassificado.

3.5A participação no presente processo, assim como o envio da proposta de preços, implica na aceitação plena das condições estipuladas neste Termo;

3.6Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do **PROPONENTE**, não lhe sendo dado o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei;

3.7Os preços deverão ser expressos em moeda nacional com, no máximo, duas casas decimais após a vírgula. Na elaboração da proposta devem ser computados todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, insumos, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto da proposta, visando seu pleno atendimento, ou seja, o fornecimento do objeto de forma adequada;

3.8 Se alguma proposta de preços enviada contrariar qualquer dispositivo deste Edital a mesma será desconsiderada e a empresa desclassificada;

3.9 O contrato será celebrado pelo prazo de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo;

3.9.1 Caso não seja celebrado termo aditivo de prazo, o **CONTRATO** que vier a ser celebrado em decorrência do presente processo de contratação será encerrado de pleno direito no prazo estabelecido contratualmente, **sendo desnecessária qualquer tipo de notificação prévia.**

3.9.2 O contrato que vier a ser celebrado em decorrência do presente processo de contratação poderá ser rescindido pelo CEPP **a qualquer momento**, mediante prévia notificação com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que seja imputável qualquer tipo de multa ou penalidade ao CEPP.

3.9.3 O Contrato que vier a ser celebrado em decorrência do presente processo de contratação será encerrado automaticamente em caso de encerramento antecipado do Contrato de Gestão nº 029/2021, celebrado entre o CEPP e o Município de Maricá, que tem por objeto a gestão das atividades e dos serviços de saúde do Hospital Municipal Dr. Ernesto Che Guevara, no Município de Maricá.

3.10 As propostas comerciais devem ser originais, entregues impressas, em horário comercial no endereço: Rua Abelardo

Bueno, 01, bloco Ayrton Sena/1 – Sala 216 - Jacarepaguá até o dia 19 de outubro de 2022.

3.11 As documentações descritas no item 4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, deverão ser apresentadas no ato da entrega da proposta comercial.

3.12 Propostas enviadas fora do prazo não serão consideradas.

3.13 Propostas enviadas por outro meio diferente do estabelecido no item 3.10 não serão consideradas.

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. As **PROPONENTES** deverão apresentar a seguinte documentação antes da contratação:

4.1.1. Habilitação Jurídica:

- 4.1.1.1. Empresa individual: Registro Comercial, devidamente inscrito na Junta Comercial;
- 4.1.1.2. Sociedades Comerciais por ações: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, ou última consolidação e alterações posteriores, devidamente registradas, acompanhados de documentos de eleição dos atuais administradores;
- 4.1.1.3. Sociedades civis: Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 4.1.1.4. Empresas ou sociedades estrangeiras: Decreto de autorização para que se estabeleçam no País e ato de

registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

Observação: O Objeto social deverá ser compatível com o objeto do contrato.

4.1.2 Regularidade Fiscal:

4.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.1.2.2. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Federal (SRF – Secretaria da Receita Federal e PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), do domicílio ou sede do concorrente;

4.1.2.3. Prova de Inscrição no Cadastro de contribuintes, ICMS/ISS: Inscrição Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou desse do contratado, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto da contratação;

4.1.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de certidão negativa de ICMS, bem como dívida Ativa Estadual, relativa à sede da Proponente;

4.1.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de certidão negativa de ISS, bem como dívida ativa Municipal, relativa à sede da Proponente;

4.1.2.6. Certificado de Regularidade Fiscal para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRF;

4.1.2.7. Certidão atualizada de inexistência de débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social – CND;

4.1.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

4.1.2.9. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

4.1.3.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação econômica financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

4.1.4. Qualificação Técnica:

4.1.4.1. Comprovação de Capacidade Técnica, através da apresentação de Atestado (s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o proponente possui aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste processo, devendo indicar natureza e quantitativos dos serviços.

4.1.4.2. Histórico comercial, referências e carteira de clientes;

5. VENCEDOR

5.1. Constatado o atendimento pleno das exigências desta Tomada de Preços, será declarado vencedor o **PROPONENTE** que apresentar o **MENOR PREÇO POR KG** para a prestação dos serviços descritos no objeto deste Edital e seus anexos.

5.2. A realização da presente Tomada de Preços não obriga o **CEPP** a formalizar a contratação da empresa vencedora, podendo o procedimento de seleção ser cancelado a critério do **CEPP**, não cabendo indenização aos participantes de qualquer natureza, em especial perdas e danos.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Declarado o vencedor, seu representante legal será convocado para firmar o contrato objeto deste procedimento.

- 6.1.1. Caso o adjudicatário no ato da assinatura do contrato recuse-se a assiná-lo, serão convocados os proponentes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 6.1.2. Na hipótese de convocação dos proponentes remanescentes, estes deverão manter sua última proposta registrada.
- 6.2. O representante legal do proponente que tiver apresentado a proposta vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias corridos a contar do recebimento da comunicação.
- 6.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato, decorrentes deste procedimento, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Os interessados poderão obter mais informações sobre as especificações técnicas do objeto deste Edital junto ao **CEPP** através do e-mail: processos@novocepp.org.br.

7.2. Os participantes da presente tomada de preços assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas respectivas propostas.

7.3. Os participantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2022.